Apresentação

Gerciane Maria da Costa Oliveira
Kyara Maria de Almeida Vieira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, G. M. C., and VIEIRA, K. M. A. Apresentação. In: OLIVEIRA, G. M. C., and VIEIRA, K. M. A., eds. *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação* [online]. Mossoró: EdUFERSA, 2020, pp. 7-16. ISBN: 978-65-87108-09-4. <https://doi.org/10.7476/9786587108605.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

APRESENTAÇÃO

Gerciane Maria da Costa Oliveira
Kyara Maria de Almeida Vieira

Esta obra coletiva é culminância de um dos resultados do projeto "Para além das fazendas em pedra e cal: um estudo sobre o Patrimônio Rural (Ambiental e Cultural) do Semiárido Nordeste", contemplado pelo edital CNPq Universal 2016 e iniciado efetivamente na segunda metade do ano de 2017.

Com o objetivo de problematizar a abrangência do conceito de patrimônio rural no contexto do Semiárido Nordeste, catalogando os aspectos da cultura, natureza e memória nas comunidades rurais do Ceará e Rio Grande do Norte, esta proposta investigativa inscrita nas ações do Grupo de Estudos, Pesquisa e Ensino de Sociologia e Ciências Humanas (UFERSA), visou contribuir com a ampliação do debate sobre o conceito de patrimônio rural, ainda em crescimento no Brasil.

O livro conta com os textos derivados de pesquisas de Iniciação Científica (PICI/UFERSA) e TCCs do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC/UFERSA), dissertações de mestrado vinculadas ao Programa Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI/UFERSA) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UECE), bem como reflexões de convidados/as nacionais e internacionais que puderam contribuir ao longo da realização do projeto com participação em seminários e palestras ou nesta fase mais particular de conclusão.

De uma forma geral o/a leitor/a encontrará aqui três eixos que podem ser identificados como norteadores da obra. O primeiro, está mais diretamente relacionado às discussões que pensam o patrimônio nas suas interfaces com os aspectos da memória e da identidade; o segundo, por sua vez, reflete sobre a articulação do patrimônio com a cultura e identidade dos povos do campo; e o terceiro se detém sobre assuntos que tangenciam o tema

do patrimônio e/ou das ruralidades, enfocando diferentes dimensões tais como a economia, a cultura e a arte. Sigamos alguns aspectos que embasam os capítulos que compõem este livro.

Iniciando as discussões, Rozeane Porto Diniz e Ricardo de Aguiar Pacheco propõem “demonstrar que o conceito de patrimônio foi redefinido e apropriado pelo Estado brasileiro em diferentes momentos do século XX, para legitimar uma política de reconhecimento, preservação e valorização cultural passando por atribuição de sentidos das formas mais variadas possíveis e atrelada a interesses específicos”. Para dar conta desse objetivo, evidenciam como a autarquia SPHAN, DPHAN, IPHAN, “responsável pelo reconhecimento e proteção dos bens culturais, se ajustou e correspondeu ao projeto político mais amplo do Estado”, nos momentos históricos de 1937 (criação na autarquia), 1945 (processo de reabertura democrática), 1970 (endurecimento do Governo Civil-Militar), 1990 (como a redemocratização). Assim, a partir da trajetória do que viria a ser o IPHAN, os autores nos ofertam um capítulo cuidadosamente escrito, no qual apontam como se deu a articulação entre as ações do Estado, as políticas de preservação a nível nacional e internacional, as disputas de narrativas e relações de poder que foram acionadas para produzir as definições do que seria (ou não) patrimônio (material/imaterial), quais bens devem/podem ser tombados e/ou preservados.

Aline Maria Matos Rocha enfoca a noção de patrimônio como um elemento estruturador da ação coletiva organizada dos movimentos sociais. "O patrimônio e, por conseguinte, a memória e a identidade, são características que não só motivam a ação coletiva, mas lhe oferecem estrutura, dando sustentação à forma como os movimentos se organizam, se mantêm e orientam sua ação na esfera pública". Assinalando para a centralidade que a dimensão simbólica assume na motivação e orientação das ações coletivas desses agentes, a autora chama a atenção para o espaço de disputas que se conforma em torno dos aspectos da identidade e da memória e como a mobilização desses sentidos passa a integrar não somente as pautas desses grupos na arena pública, mas a sua própria coordenação, atribuindo vínculo e pertencimento aos envolvidos.

Neste capítulo faremos uma abordagem aos novos patrimônios, fazendo considerações sobre mudanças no âmbito das concetualizações face às instituições culturais consagradas e refletiremos sobre os processos de artificalização (SHAPIRO, 2007) e possíveis relações com o Festival de Paredes de Coura — o nosso (im)provável patrimônio. Assim, Paula Guerra da Universidade do Porto apresenta a questão central do seu texto. A autora denota novas dimensões que entram em cena frente aos processos de patrimonialização nas sociedades contemporâneas. Com o alargamento do sentido de patrimônio que veem a englobar bens culturais ditos imateriais, vivos, dentre outros, a relação entre presente e passado tende a ser observada sob outro prisma para além do preservacionista. Com isso, a necessidade de redimensionamento dos próprios espaços expositivos destinados a esse novo conjunto de bens culturais é pontuada pela a autora como uma questão emergente. Na esteira dessa argumentação o Festival musical de Paredes de Coura, iniciado na década de 1990 e realizado na vila rural de Paredes de Coura, é pensado como um *museu vivo*, por se apresentar como um espaço de afirmação identitária e de elaboração de memórias individuais e coletivas.

Pela Universidade Estadual do Ceará, a colaboração veio de Lia Pinheiro Barbosa com um texto que problematiza associação entre a luta pela preservação do patrimônio biocultural e a defesa pelo território agenciada pelas populações camponesas originárias dos povos tradicionais da América Latina. Ao recuperar o antagonismo entre os paradigmas onto-epistêmicos que dispõe as sociedades capitalistas, ancoradas na racionalidade moderna e acumulativa, de um lado, e as não capitalistas, pautadas no conceito do *bem viver*, princípio fundamental para a coexistências respeitosa entre homem e os não humanos, do outro, o texto centra sua análise mais detidamente sobre "contexto latino-americano, o paradigma onto-epistêmico que se contrapõe ao paradigma ocidental moderno capitalista data do período pré-hispânico, quando éramos o Abya Yala". São sinalizados como eixos que estruturam a identidade política desses povos e orientam suas lutas e demandas comuns: (i) "A reconfiguração da história e da memória no âmbito das lutas"; (ii) "Dimensões epistêmicas e ontológicas que emanam das cosmovisões e sustentam as bases de uma racionalidade ancestral, que se configura a partir de uma matriz cosmogônica, linguística e sociocultural

de carácter milenar"; (iii) "Territorialidade"; e (iv) "Autonomia". Estes eixos demarcam a heterogeneidade e pluralidade desses povos e a "centralidade desse paradigma na sobrevivência e perpetuação de um patrimônio biocultural, cerne das formas históricas de re-existência e de luta desses povos frente à racionalidade do capitalismo em suas diferentes fases". Nesta altura da escrita a argumentação se encaminha para a reflexão sobre o papel da memória biocultural no histórico de lutas dessas populações. Tais saberes ancestrais que atravessam gerações não somente apontam hoje para formas alternativas de coexistência entre homem e natureza ao Capitalismo, mas acenam para a delineamento de um novo paradigma sociocultural vindouro.

O texto dos autores Rodolfo Rafael Pascoal da Penha, Giordano Gubert Viola e Daniela Faria Florencio reforça o debate sobre patrimônio e povos do campo. O trabalho discute o conhecimento dos/as agricultores/as acerca da biodiversidade de insetos, em especial dos cupins, e a sua relação com a agricultura como patrimônio rural. Considerando que o patrimônio rural engloba elementos "materiais", "imateriais" e "vivos" que se relacionam ao cotidiano das populações rurais (edificações, costumes, utensílios, paisagens, formas de linguagem, especialidades culinárias, festas, e modos de produção etc.), a ênfase sobre as técnicas agroecológicas e práticas de manejo assinala para a importância desses bens patrimoniais como elementos que resguardam modos de convivência com a biodiversidade antagônicos ao modelo tradicional de base tecnológica e industrial. Constituindo um paralelo entre agricultores de orientação agroecológica e agricultores inseridos na agricultura convencional, o texto apresenta importantes achados sobre o entendimento da integração da biodiversidade dos insetos no plantio em cada um desses modelos. Suas inferências podem ser lidas como uma chamada para a valorização desses saberes diante dos avanços exploratórios do Capital nos contextos rurais.

Reconhecendo que os povos do campo abrangem as populações de agricultores/as, extrativistas, pescadores/as, quilombolas, ribeirinhos/as, indígenas etc., o trabalho da licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal Rural do Semiárido, Joelma Pinto de Sousa aborda o patrimônio cultural imaterial indígena dos Tapuia Paiacu do município de Apodi, Rio Grande do Norte. Tomando como ponto de partida para a

análise os espaços Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi e o Museu do Índio Luiza Cantofa, a autora faz um conciso histórico de formação do município de Apodi mediante a ocupação indígena e sinaliza para o papel expressivo que as entidades culturais desenvolvem com a comunidade na divulgação do conjunto de domínio da vida cultural dos grupos indígenas que até hoje habitam a localidade potiguar. Nesse sentido, destaca a autora, "[...] é relevante o desenvolvimento de ações similares, com a finalidade de informar a sociedade sobre a riqueza da produção material e imaterial desses grupos, manifesta nos seus modos de ver, modos de conhecer e modos de fazer". Abrindo perspectivas que podem ser aprofundadas em estudos posteriores, o trabalho acena para um campo de estudo, teórico e empírico, relevante, tendo em vista sua dinâmica pulsante no que diz respeito ao movimento de lutas indígenas presente no semiárido nordestino.

Ana Paula Alves de Oliveira, Herolayne Karina Batista da Silva, Maria Heloiza Batista da Silva e Gerciane Maria da Costa Oliveira refletem sobre a utilização da metodologia do Inventário Participativo no levantamento do Patrimônio Rural da comunidade de Maísa, município de Mossoró, Rio Grande do Norte. Com efeito, a "[...] investigação não teve a finalidade de se colocar como um dispositivo de reconhecimento oficial e tombamento dos bens patrimoniais, mas visou promover um debate com a comunidade sobre aspectos como o reconhecimento, valorização e preservação dos elementos patrimoniais existentes nessa localidade rural do município de Mossoró/RN". Tomando como referência o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN, o estudo relata a experiência de uma aplicação piloto das fichas de levantamento — Ficha do Projeto, Ficha do Território, Fichas das Categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressões, Saberes), Ficha de Fontes Pesquisadas, Ficha de Roteiro de Entrevista e Ficha de Relatório de Imagens — na qual a problematização dos limites e viabilidades da metodologia tornam-se o principal elemento da análise.

Pautando o debate entre patrimônio e tecnologias, os autores Ramiro de Vasconcelos dos Santos Júnior, Gerciane Maria da Costa Oliveira, Francisco Milton Mendes Neto, Salatiel Dantas Silva, Igor Fernandes dos

Santos e Ademar França de Sousa Neto contribuíram com um texto que aborda a elaboração de um aparato tecnológico designado de ontologia para a promoção de educação patrimonial. "Para mapear todo o acervo e disponibilizá-lo para o público (escolar e não escolar), foi desenvolvida uma tecnologia capaz de armazenar todos os dados, inferi-los e, posteriormente, por meio deles, gerar conhecimento". Como objeto do estudo e aplicação, foram utilizados o sítio arqueológico e o Museu do Lajedo de Soledade, localizados no município de Apodi, Rio Grande do Norte. O desenvolvimento da escrita apresenta uma sistematização detalhada das etapas e procedimentos de construção do dispositivo tecnológico, além de trazer dados sobre o universo do Sítio Arqueológico e do Museu. Faz mister ressaltar que trabalhos desta natureza reforçam o debate sobre a pertinência e potencialidade do uso das tecnologias no campo da cultura, seja nas esferas da produção, mediação, recepção ou/e gestão cultural.

Tendo como centro da sua pesquisa a relação entre educação e produção de identidades, as autoras Maria Rosivania Pereira Feitosa Duarte e Kyara Maria de Almeida Vieira produziram o capítulo que tem por objetivo problematizar a história da Escola Família Agrícola de Serra do Mel (EFAMEL), contada a partir das memórias das pessoas que fizeram parte da escola: ex-estudantes, ex-professores (as) e o seu fundador. As autoras iniciam fazendo um histórico do município de Serra do Mel-RN e contextualizando a fundação e funcionamento da EFAMEL (1990 e 2001), para daí se aprofundar na discussão sobre a construção das identidades de algumas pessoas que compuseram a escola. As narrativas de ex-estudantes, ex-professores/as, e o fundador promovem o entrecruzamento de memórias individuais e coletivas acerca das experiências educacionais nessa escola do campo. Para além de um espaço meramente de transmissão de conhecimento, o capítulo analisa como a escola pode ser um espaço privilegiado para as transformações, principalmente, as transformações pessoais, em especial quando pautada numa educação contextualizada.

As autoras Nicole Sousa Bessa e Kadma Marques Rodrigues escrevem seu capítulo movimentando-se a partir da interconexão entre o mundo rural e urbano: "Norteadas pela perspectiva da sociologia da arte, a presente pesquisa teve como objetivo, analisar as transformações sociais provocadas

pela expansão da arte urbana nas cidades do sertão cearense, mais especificamente aquelas propiciadas pelo projeto RASTRO, pelos elementos que o integram a partir dos efeitos pretendidos pelo artista no deslocamento da arte pública urbana ao universo rural” A análise de entrevistas nos dão a ver, sob perspectivas diferentes, os efeitos do Projeto RASTRO. Porém, indo bem além, as narrativas não apenas se propõem a compreender os efeitos da expansão de determinada arte em uma zona distinta daquela que a originou, mas implodem visões maniqueístas e naturalizantes acerca do Nordeste, acerca da relação entre o urbano e o rural, entre pessoas do sertão e da cidade, entre a arte e a vivência nessa região que historicamente foi representada como insólita e atrasada.

Utilizando a abordagem teórico metodológica do mapa das mediações de Martín-Barbero (2015), a partir da realização de entrevistas e observações empíricas, Jhose Iale C. da Cunha Vieira e Moacir Vieira da Silva discutem a atuação da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária e sua relação com a internet, tendo como recorte espacial o estado do Rio Grande do Norte. A Rede Xique-Xique organiza-se a partir dos seguintes princípios: a agroecologia, a economia solidária e o feminismo. O grupo que é a sua base de empreendimento “é formado por agricultores familiares com uma participação mais ativa das mulheres na comercialização; porém há também a representação de grupos urbanos dedicados ao artesanato e grupos de pescadores”. Considerando as interconexões entre campo e cidade, os autores trazem dados importantes e atualizados que evidenciam as várias apropriações da tecnologia e as transformações a partir desta para os povos do campo: da fofoca a ampliação de mercados, da “babá eletrônica” ao contato afetivo com familiares e amigos, as tecnologias permitem o acesso às informações que poderão facilitar o processo de desenvolvimento, o conhecimento de políticas públicas; ou podem ser um dispositivo de lazer e reconfiguração de espaços sociais.

Experiências com Economia Solidária de povos do campo também referenciam o capítulo “Questão agrária colombiana e as Economias Sociais do Comum–ECOMUM”, escrito por Maria Rosana da Costa Oliveira e Cláudio Ubiratan Gonçalves. Após caracterizar aspectos mais gerais sobre a questão agrária na Colômbia, os autores priorizam a análise da cooperativa

Ecomum, “resultante do acordo de paz assinado entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo Manuel Santos. Essa cooperativa foi escolhida pelos ex-combatentes como meio coletivo de reinserção social e econômica”. Espacializando-se em nível nacional, contando com aproximadamente 127 cooperativas e 5.076 associados, a Ecomum vem se constituindo como um espaço de resistência do campesinato colombiano, apesar de sua pouca idade e de todos os entraves impostos pelo Estado e pelo Capitalismo a nível nacional e internacional. A pesquisa destaca como A Ecomum, com suas cooperativas multiativas como base em atividades agrícolas diversificadas, representam alternativas exitosas e fortes ao modelo agroexportador capitalista. Nos territórios de vida, as comunidades indígenas, camponesas ou afro-colombianas resistem, não apenas reagindo a uma ação anterior, ou sendo ação reflexa, mas uma “re-existência” enquanto uma forma de existir a partir de “uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico”, que fortalecerá e viabilizará conquista de direitos comuns e sua autonomia.

Evidenciando a importância da Iniciação Científica para a formação acadêmica, Ana Cláudia de Andrade Costa e Kyara Maria de Almeida Vieira apresentam um capítulo que é um recorte de uma pesquisa maior, e que tem como personagem principal Dona Rita (*in memoriam*). As autoras fazem análises das narrativas dessa camponesa do oeste potiguar que foi mobilizada pela busca da moradia, do acesso à terra, da educação de filhos/as. Ao passo que conta sua trajetória, Dona Rita também conta histórias da conquista do Projeto de Assentamento Nova Esperança (Mossoró-RN), do acesso a uma educação gratuita e de qualidade pelos povos do campo através do curso Pedagogia da Terra, das relações de gênero que atravessam o cotidiano. Destarte, o texto das autoras entrecruza pesquisa e teoria, potencializando a construção do conhecimento a partir do contato entre saberes existentes no meio rural e na academia. “Para além das memórias afetuosas, do sorriso, da voz doce e do café quentinho de Dona Rita, podemos conhecer outras realidades, descobrir outros lugares e ter contato com histórias de pessoas que continuam a existir e resistir no semiárido rural nordestino”.

“Nosso nível de compromisso com este capítulo requer não apenas tratar sobre Festa do Mangue como se fosse algo isolado, mera diversão e sem fundamento, mas também colocar em questão a sua importância para a identidade local, os fatores que contribuíram e contribuem fortemente para a sua concretização”. Essa é uma das afirmações que inauguram o texto escrito por Antônio Marcos dos Santos Souza, Gerciane Maria da Costa Oliveira, Kyara Maria de Almeida Vieira. A Festa do Mangue acontece anualmente na Comunidade Quilombola do Cumbe (Aracati-CE), e tem mobilizado cada vez mais as pessoas da comunidade e turistas que procuram participar da festa. Durante os três dias de festa inúmeras atividades são realizadas: i) passeio pela comunidade, visita pelos sítios arqueológicos, trilha pelas dunas do Cumbe com momento de socialização e dinâmicas culturais, e finaliza com a contemplação do pôr do sol; ii) oficinas das várias formas de pesca do peixe, do sururu, da ostra, do búzio etc., encerrando com a tradição do “comer no mato”, quando tudo que foi pescado durante a oficina é preparado e saboreado na beira do rio; iii) participantes acompanham os pescadores que saem pelo mangue para uma disputa de captura do maior número de caranguejo. Construído a partir do diálogo entre referências bibliográficas e fotografias, o texto analisa os embates que a Comunidade Quilombola do Cumbe vem travando na busca pela promoção do bem viver, da sustentabilidade econômica e social, na defesa de seus patrimônios e da reafirmação da identidade local. Assim, a Festa do Mangue é pensada como “um evento de expressão cultural no qual as memórias, histórias, fazeres e práticas próprias da comunidade são reafirmadas entre seus moradores e compartilhadas com o público visitante”.

O Sertão nordestino tem tomado a atenção de políticos, artistas, jornalistas, literatos, pesquisadores há bastante tempo. Encerrando o livro, Luana Carolina da Silva Monteiro e Kadma Marques Rodrigues levam a pensar na relação entre a fotografia e o Sertão partindo “de histórias, personagens e fatos cruciais para o desenvolvimento da fotografia como prática profissional no Estado, desdobrando-a também em suas convergências com o universo artístico”. Tendo como *corpus* alguns jornais, *cartes de visite*, álbum de fotografias, o capítulo problematiza como a emergência da Fotografia no Estado do Ceará esteve atrelada à *Belle Époque* (o período de ascensão

do Estado), mas também à estiagem de 1877 e migração em massa dos retirantes do interior do Estado para a capital. Nesse percurso, as autoras desnaturalizam os papéis atribuídos à Fotografia ao longo do tempo, já que apontam como esta passou a ser considerada também documento fiel da “realidade”, além de ser uma *arte*. Ainda destacam a maneira como “A imagem fotográfica aparece nessa época como legítima representante do espaço de modernização da estrutura e das relações sociais na urbe; e o registro da seca de 1877-79, surge nas páginas dos jornais como um retrato do atraso”. Essa associação entre imagens da seca, atraso e campo servirão “principalmente para a formação social, geográfica e cultural de um lugar chamado Nordeste”.

Assim, os esforços para a construção desta obra foram alimentados para a necessidade de partilhar a intensidade e riqueza das atividades acadêmicas realizadas durante o projeto "Para além das fazendas em pedra e cal: um estudo sobre o Patrimônio Rural (Ambiental e Cultural) do Semiárido Nordestino" (CNPq, 2016). Além disso, foram tantos e tão propositivos os diálogos com vários/as pesquisadores/as, que se fez imprescindível reunir-mo-nos também em livro.

Certamente aqui não abarcamos todas as discussões que queríamos, nem foi possível incluir todas/os autores/as que gostaríamos. Porém, não tínhamos essa pretensão de “abarcар o mundo”, aqui o mundo rural. Mas, nos reunimos com o intuito de ofertar aos possíveis leitores/as uma obra pautada nos rigorosos critérios da pesquisa científica e que permita vislumbrar a complexidade das experiências dos povos do campo, tendo como elo em comum o patrimônio rural.